

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não-governamental que apoia os projetos de autonomia dos índios Waiãpi no Amapá, tem sido alvo de uma campanha de difamação lançada há vários anos e, recentemente, de inquéritos por parte da procuradoria do Estado do Amapá.

Entre estes inquéritos, um visa apurar a "possível exploração de ouro em área de reserva indígena, outro, o uso indevido de imagens dos índios" pela antropóloga Dominique Gallois, docente da Universidade de São Paulo, que desde 1978 vem realizando pesquisa etnológica entre os Waiãpi e desde 1991 coordena os projetos do CTI junto a esta população.

Recusando-se a ouvir o posicionamento da maioria da comunidade Waiãpi, o Procurador João Bosco de Araújo Jr. encaminhou, em junho de 1997, uma Ação Civil Pública ao Juiz Federal de Macapá, que determinava a retirada e a proibição de ingresso de qualquer representante ou técnico do CTI na área indígena Waiãpi, diante da "nocividade de sua presença para os índios".

Conseqüência: suspensão de todas as atividades e convênios firmados com o CTI em vigor na área sem ouvir os representantes da maioria da população. Uma caravana de oito chefes Waiãpi foi a Brasília neste mesmo mês. Os jovens secretários do Conselho das Aldeias (Apina) vêm produzindo documentos, cartas e, incansavelmente, procuram ser ouvidos pela imprensa. Mas, no Amapá, suas vozes são caladas, a favor daqueles que se pretendem conhecedores e mediadores permanentes dos índios, vistos como incapazes de escolher seus parceiros e assumir a condução de seu futuro fora do modelo assistencialista.